

**DIVERVÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE O PENSAMENTO DE RICHARD
FALK COM A ESCOLA INGLESA: UM ESTUDO DOS DESAFIOS HODIERNOS DA SEARA
INTERNACIONAL**

**DIVERVENCES AND CONVERGENCES BETWEEN RICHARD FALK'S THOUGHT
WITH THE ENGLISH SCHOOL: A STUDY OF THE INTERNATIONAL HARVEST
CHALLENGES**

Ane Elise Brandalise Gonçalves¹

RESUMO

O presente trabalho vai ao encontro de pontos essenciais para compreensão da atual conjuntura mundial, a partir das constatações de Richard Falk, em sua obra "Globalização Predatória", e suas divergências e/ou convergências com a Escola Inglesa, com foco na leitura de Hedley Bull. Para tanto, apresentam-se as ideias de Falk e uma breve revisão da Escola Inglesa, para, posteriormente, verificar suas divergências e/ou convergências e, por fim, extrair de seus pensamentos uma noção para a atual conjuntura, apreendida sob uma perspectiva internacionalista. A justificativa do presente trabalho é a importância de demonstrar alternativas metodológicas aos estudos de Teoria das Relações Internacionais. O método utilizado é dedutivo, de pesquisa qualitativa.

Palavras-chaves: Richard Falk; Escola Inglesa; Sociedade Internacional. Teoria das Relações Internacionais.

ABSTRACT

The present paper aims to find essential points to understand the current world situation, based on the findings seized by Richard Falk in his work "Predatory Globalization" and its divergences and/or convergences with the English School, focusing on Hedley Bull. In order to do so, the paper presents Falk's ideas and a brief review of the English School, in order to verify their divergences and/or convergences and, finally, to extract a notion for the present conjuncture, from an internationalist point of view. The justification of the present work is the importance of demonstrating methodological alternatives to the studies of International Relations Theory. The method used is deductive and qualitative research.

Keywords: Richard Falk. English School. International Society. International Relations Theory.

¹ Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia no Centro Universitário Autônomo do Brasil - UNIBRASIL

Introdução

A partir da leitura das obras de Richard Falk, com destaque à obra *Globalização Predatória*, percebe-se o contra-ataque do autor da perspectiva da Escola Inglesa das Relações Internacionais e de sua noção de sociedade internacional. Tendo como pano de fundo essas divergências de pensamento, mostra-se relevante o estudo dos desafios hodiernos na seara internacional², que se apresenta como multipolar, multicultural, globalizada³ e, cada vez mais, complexa, e a necessidade de se procurar, por meio da teoria, alternativas metodológicas aos estudos contemporâneos da seara internacional.

Para tanto, é preciso conhecer os estudos realizados por Richard Falk e os pressupostos da Escola Inglesa, para, então, verificar os pontos principais criticados por Falk, que podem, ao menos no campo teórico, ajudar a compreender e enfrentar novos desafios da atual conjuntura mundial. Por isso mesmo, o presente artigo pretende, ainda que de maneira breve, apresentar não apenas um introdutório conhecimento sobre o autor e a Escola Inglesa, mas também confrontar esse conhecimento com alguns dos desafios hodiernos da seara internacional.

Ressalte-se que não se pretende, aqui, esmiuçar todas as visões de Richard Falk, cujas obras literárias são vastas, bem como não se cogita adentrar nos debates extensos travados pela Escola Inglesa, mas apenas visa-se apresentar essa escola ao leitor e verificar a importância dessa no entendimento do contexto internacional atual. Nesse sentido, optou-se por verificar as críticas às perspectivas da Escola Inglesa, sobretudo na obra de Falk, *Globalização Predatória* (no original: *Predatory Globalization*, publicada originalmente em 1999). Esse livro traz um panorama geral dos novos desafios da sociedade internacional e tece críticas expressas ao pensamento inglês. A partir dessa leitura, acrescentadas dos ensinamentos e críticas à Escola Inglesa, é que desafios atuais

² Por “seara internacional” compreenda-se aqui toda a “arquitetura normativa do planeta”, conforme denomina Richard Falk (1999, p. 32), acrescida da estrutura política global e estrutura econômica ora vigente.

³ Com o fim da Guerra Fria o mundo passou da bipolaridade para uma multipolaridade recheada de ideologias conflitantes, culminando por uma nova política internacional, apesar da globalização ser uma tendência muito mais anterior que tal acontecimento (FALK, 1999, p. 116). Assim, por globalização compreenda-se aqui como um processo que fez parte do mundo ao longo de sua história. Falk entende, no entanto, que tal processo se apresenta cada vez mais predatório e segregador, ou seja, com crescente desigualdade sendo que o autor chega a fazer um paralelo da diferenciação Norte e Sul com a segregação racial (Ibid., p. 87).

enfrentados como globalização, o papel das organizações internacionais e dos direitos humanos, entre tantos outros, são descortinados.

Nesse contexto, é necessário reconhecer que a atual conjuntura mundial demanda novas formas de pensar. As guerras mundiais vivenciadas em um curto período temporal, nomeadamente a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e a Guerra Fria⁵, trouxeram a necessidade de novas formas de cooperação internacional e de solução de conflitos⁶, além de demandarem formas do Estado adaptadas a desafios de uma realidade que não podem ser resolvidos somente por meio da ação estatal. Acrescente-se que outros fatores, como a intensificação do fenômeno da globalização, o avanço do capitalismo, o surgimento de novos Estados, a questão do estabelecimento da democracia, a importância dos direitos humanos, o avanço tecnológico, o medo de uma nova guerra (mais potente e destrutiva de toda humanidade), a questão ambiental, a sublevação de novos atores sociais, entre tantos outros, também não poderiam mais ser negligenciados neste palco político do pós guerras.

Ainda assim, não há de se deixar de lado o papel do Direito Internacional frente a essas questões. É aí, então, que, mais do que nunca, os pensamentos tanto de Falk quanto da Escola Inglesa são imprescindíveis ao conhecimento, pois, conforme ver-se-á, depositam fé neste Direito multifacetado - isso é, composto por questões filosóficas, sociais, políticas e jurídicas- e na sociedade internacional.

Por ser um trabalho de revisão teórica, cuja análise da conjuntura mundial atual depende da análise prévia dos conceitos e da trajetória de Richard Falk e da Escola Inglesa, o método utilizado é dedutivo, de pesquisa eminentemente qualitativa. Quanto às obras de Falk, as fontes utilizadas foram escolhidas em razão da relevância e de aprofundamentos de importantes desafios hodiernos, como é a questão da globalização

⁵ Apesar de poder haver divergências entre teóricos quanto ao critério temporal, entende-se aqui que a Primeira Guerra Mundial perdurou entre 1914 a 1918; a Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 a 1945 e, por fim, a Guerra Fria perdurou entre 1945 a 1991. Afora tais guerras que assolaram o mundo como um todo, também não se esqueça que inúmeras guerras e conflitos regionais ou mesmo internos, ocorreram durante o período das guerras mundiais e, principalmente, da guerra fria.

⁶ Nessa perspectiva, por exemplo, interessante ver que é efetivamente com a criação das Nações Unidas, por meio de seu artigo 2º, §4º (Carta da ONU), que “pela primeira vez na história se proíbe o uso da força nas Relações Internacionais” (RAMINA, 2014, p. 120) Tal noção é importante também para entender as perspectivas advindas do pós segunda guerra mundial, dentre as quais se insere a escola inglesa.

e do papel do Direito Internacional. O número de obras apresentadas foi delimitado em apenas uma, em razão do breve tempo e objetivos do presente trabalho. No que tange à Escola Inglesa, as fontes teóricas foram buscadas principalmente no trabalho e nos ensinamentos de Hedley Bull, em sua obra *A Sociedade Anárquica*. Ainda assim, o presente *paper* não se reduz apenas às fontes mencionadas, pois contempla outros teóricos, sobretudo ligados à questão da soberania - “calcanhar de Aquiles” da seara internacional - segundo notam tanto Richard Falk quanto outros autores da Teoria das Relações Internacionais.

Em suma: à luz das divergências e consonâncias entre os pensamentos do teórico Richard Falk e da linha de raciocínio da Escola Inglesa, o presente trabalho visa a demonstrar os problemas e as vicissitudes dos desafios contemporâneos da área internacional. Em um primeiro momento, apresenta-se Richard Falk e seus ensinamentos. Posteriormente, conferido o posicionamento da Escola Inglesa sobre o mundo, serão confrontadas as duas linhas de pensamento apresentadas para, por fim, debater as vicissitudes dos desafios hodiernos da seara internacional.

O pensamento de Richard Falk

Compreender bem qualquer obra implica, *a priori*, conhecer seu criador. No caso em tela, para entender o pensamento de Richard Falk é preciso, preliminarmente, apresentar suas origens e história. Nascido em 13 de novembro de 1930 em Nova York, nos Estados Unidos, de origem judaica, Richard Falk é formado em Economia, pela Universidade da Pensilvânia, e em Direito, pela Universidade de Yale, com doutorado em Direito, pela Universidade de Harvard. Atualmente, é professor emérito de Direito Internacional na Universidade de Princeton⁷ e possui diversas obras de Relações Internacionais e de Direito.

De modo geral, seus trabalhos ligam-se a temas como transformações necessárias ao sistema vestefaliano, globalização, organizações internacionais e reforma das Nações Unidas, pós-colonialismo, entre outros, sendo que Falk também é

⁷ Curriculum Vitae completo disponível em:

<http://www.princeton.edu/main/tools/search/index.xml?q=Richard+Falk&x=0&y=0>. Acesso em: 18 jun 2015.

considerado um ativista político. Mais recentemente, em 26 de março de 2008, foi nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC) para um mandato de seis anos como relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967 (NAÇÕES UNIDAS). Seu mandato terminou em 2014, e seu sucessor foi Makarim Wibisono (NAÇÕES UNIDAS).

Outrossim, verifica-se que Falk foi muito influenciado pela teoria crítica e por autores como Karl Marx, C. Wright Mills e Herbert Marcuse (GRIFFITHS, 1999, p. 120), o que, inclusive, auxilia a entender as críticas à Escola Inglesa feitas por Falk.

Suas teorias e experiências não são, contudo, isentas de críticas. Esse é o caso de suas opiniões sobre o ataque do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos (SWAINE, 2011), que recebeu críticas de Susan Rice e do secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-moon (Ibid.). Inclusive, acontecimentos como esse ataque ensejam o debate sobre a ordem internacional, a sociedade internacional e as ações e reações estatais, bem como colocam em foco as diferenças entre a Escola Inglesa e o pensamento de Richard Falk, conforme será exposto nos últimos pontos do artigo.

Com efeito, Richard Falk entra em contato com a Escola Inglesa das Relações Internacionais e verifica seus pontos falhos. Assim, por exemplo, é o que se vê de modo bastante claro no livro *Globalização Predatória* (no original: *Predatory Globalization*, de 1999), ora utilizado como principal fonte.

Por isso mesmo, cabe apresentar o conteúdo e ideias gerais da obra “Globalização Predatória”, de Richard Falk, já que é a partir desse livro que se apreendem os desafios da nova conjuntura mundial e sua relação com os estudos conferidos pela Escola Inglesa.

De forma macroscópica, a obra “Globalização Predatória” divide-se em três partes, sendo que a primeira Falk denomina de “diagnosticar o desafio”, a segunda em estudos acerca de “dimensões essenciais” da estrutura mundial, e, por fim, na terceira parte do livro, dedica-se o autor às “nova direções” (1999). Longe de realizar um resumo

de todo livro, já que não é esse o objetivo maior do artigo, cabe dar enfoque à uma das perspectivas tomadas pelo autor. Assim, da leitura da obra de Falk tem-se que, na primeira fase, o autor faz uma análise de conjuntura sob três perspectivas: a estrutura da política econômica global, a interação entre degradação ambiental e ambientalismo e a arquitetura normativa do planeta (Ibid., p. 32). O foco da análise recai, portanto, na arquitetura normativa estudada por Falk, que é utilizada pelo autor para discutir e rebater a visão da Escola Inglesa.

Assim, quanto à arquitetura normativa, o autor recorda a perspectiva vestefaliana, trazida a partir da série de tratados que deu ensejo ao evento denominado de Paz de Vestefália, de 1648, e que ficou conhecida como delimitadora do conceito clássico de soberania externa dos Estados e da noção de diplomacia⁸, verificando que, atualmente, a noção de soberania mudou, o que impõe desafios. Assim, o autor denomina certos empecilhos de “cosmodramas westfalianos” (Ibid., p. 52), elencando a questão do mercado, da natureza, da problemática da governação global e da cultura popular da informação. Todos esses dilemas, ou dramas, têm sido acompanhados pelas tendências da globalização.

Para uma melhoria da arquitetura normativa até então vigente e de seus “cosmodramas”, o autor propõe três orientações: (1) Um contrato social e global que garanta as necessidades básicas humanas; (2) O reforço das tendências associadas aos valores da conjuntura mundial; (3) O reforço do Direito Internacional e de uma governança global (Ibid., p. 88-89). Falk defende essas ideias, apesar de reconhecer a globalização e, sobretudo, as forças de mercado, terem desencorajado essas orientações.

No fim da primeira parte, Falk também trata de uma abordagem regional da conjuntura mundial. Nela, o autor explicita o que se pode entender por globalismo negativo: “refere-se neste contexto ao conjunto de poderes e influências, em grande medida sem quaisquer vínculos de responsabilidade, exercidos por corporações multinacionais, bancos transnacionais e instâncias financeiras e pelos seus

⁸ Para uma perspectiva diversa sobre a Paz de Vestefália e suas transformações, vide Jesus (2010). Não obstante, o que prevalece é a ideia de que a soberania é atributo que foi trazido graças à Paz de Vestefália, sendo 1648 um acontecimento histórico de suma importância para as Relações Internacionais e para o Direito Internacional.

colaboradores no âmbito da ideologia do consumismo e de um etos de desenvolvimento orientado quase totalmente para os rendimentos do capital essencialmente alcançados através da maximização do crescimento” (Ibid., p. 124).

Justamente, para o combate deste tipo de globalização, o autor coloca que é preciso reforçar os mecanismos regionais e considerar os sucessos por eles obtidos, bem como reconhecer a existência de outros atores internacionais que não apenas os Estados, até porque esses se mostraram, ao longo da história, incapazes de controlar o globalismo econômico (Ibid., p. 98), bem como permaneceram em uma “arrogância civilizacional” (Ibid., p. 87). Dentre esses impasses com o Estado, na obra “Globalização Predatória”, Falk menciona a questão do ambientalismo, assim como dedica um capítulo sobre “a demanda dos Direitos Humanos”, pontos que permanecem atuais. Nas palavras do autor: “o principal perigo no âmbito da conjuntura mundial deixou de ser a exigência de segurança absoluta por parte do Estado soberano, mas sim a incapacidade de este garantir a proteção de seus cidadãos” (Ibid., p. 242).

Sobre os direitos humanos, Falk chega a verificar três principais tendências que acompanham a globalização e que também obstaculizam o desenvolvimento dos direitos humanos e aumentam as consequências da globalização negativa, a saber: (1) clima ideológico; (2) alteração do equilíbrio de forças sociais; (3) a disciplina do capital regional e global (Ibid., p. 177-181). Em todas essas tendências, o mercado passa a predominar e a colocar em xeque o papel dos Estados, ao que o autor acredita que “a globalização, na forma que lhe confere a ideologia neoliberal, parece incompatível com o projeto inicial do Estado humanista ou compassivo e reduz o papel efetivo do novo multilateralismo” (Ibid., p. 180).

Falk, ao longo de seu livro, propõe que é preciso reagir à globalização econômica. Nesse sentido, o autor entende que a posição por ele defendida não é hierárquica e nem imperialista, apesar de ir contra as forças dominantes. Isso porque a experiência de aprendizagem a nível de Estado tem sido a de submissão à disciplina do capital global, que se apresenta mediante as circunstâncias específicas de cada país (Ibid., p. 238). Nesse contexto, Falk acredita em uma perspectiva idealista de contrato

social (e de direitos humanos), com a verificação (e utilização) das mais várias dimensões do potencial normativo.

Assim, com base nos debates presentes na Teoria das Relações Internacionais, passa-se a apresentar uma das perspectivas discutidas pelo autor em sua obra *Globalização Predatória*, qual seja: a vertente da Escola Inglesa, ora vislumbrada, sobretudo, sob o ponto de vista de Hedley Bull e de sua obra *A Sociedade Anárquica*. Por fim, o artigo debate a noção e o reconhecimento do Direito Internacional, um dos desafios da seara internacional atual.

Breves noções sobre a Escola Inglesa

Antes de apreciar o cerne das questões estudadas pela Escola Inglesa das Relações Internacionais, que emergiu nos anos 70 e é formada por autores como Hedley Bull, Martin Wight, Michael Walzer e John Vicent, é preciso clarificar que a Escola Inglesa não é uma teoria *per se*, mas, sim, uma proposta à visão realista clássica até então dominante. A visão realista defende o uso da força, por questão de sobrevivência e busca pelo poder. Além disso, e assume uma perspectiva estadocêntrica, já que, para essa corrente teórica, não seria possível falar em fim de soberania e de Estados, mas seria possível falar em sociedade de Estados (BULL, 2002).

Em breves palavras, assim pode-se definir a Escola Inglesa:

A escola inglesa se preocupa com as formulações teóricas para explicar sobre a dinâmica das ações dos Estados diante do conceito maior de ordem – substrato fundamental da análise de Bull quando da publicação de seu clássico no Reino Unido, originalmente em 1977, *A Sociedade Anárquica* – juntamente com o conceito de moralidade internacional. O conceito de moralidade requer, segundo Bull, avaliação casada com a jurisprudência, isto é, com o Direito Internacional, sem o qual se tornaria quase impossível uma investigação academicamente responsável sobre seus fundamentos. Neste sentido, define Bull, Direito Internacional, como “conjunto de regras que ligam Estados e outros agentes da política mundial em suas relações recíprocas, aos quais se atribui status legal” (CASTRO, 2012, p. 381-382).

Um dos conceitos mais relevantes citados pela Escola Inglesa e por seus teóricos é a ideia de sociedade internacional, intimamente ligada à questão política e à noção de soberania. A sociedade internacional nada mais seria que um vínculo, uma ligação, entre

Estados, sendo que tal vínculo seria o conjunto de certos valores e interesses comuns. Haveria, pois, uma cultura internacional predominante (HERZ, 1997), exarada, sobretudo, por meio do Direito Internacional.

Entre esses variados valores da política internacional compartilhados, seriam exemplos maiores, segundo a Escola Inglesa, a ordem mundial⁹ e a própria justiça internacional, todos emanados do Direito Internacional. Por conseguinte, a ordem jurídica internacional e a questão da justiça, entre outros valores, seriam não seriam apenas dependentes da vontade dos Estados, mas, ssim, seriam uma necessidade maior, formando algo que Antônio Augusto Cançado Trindade, idealista, vem a chamar de *recta ractio*. Nesse sentido:

Consoante os princípios da *recta ractio*, cada sujeito de Direito deve comportar-se com justiça, boa-fé e benevolência. São princípios cogentes que emanam da consciência humana, a afirmam a relação inelutável entre Direito e a ética. O direito natural reflete os ditados da *recta ratio*, em que se fundamenta a justiça. (...) (TRINDADE, 2006, p. 07).

Das várias abordagens da Escola Inglesa, cabe enfoque para as lições de Hedley Bull ¹⁰em seu livro *A sociedade anárquica* e, mais especificamente, no capítulo II, em que Bull questiona se haveria uma ordem na política mundial; no capítulo V, sobre o equilíbrio de poder e a ordem internacional, e no capítulo VI, que discorre sobre o Direito Internacional e a ordem internacional. Respondendo a questionamentos em torno da sociedade internacional, é possível afirmar que Bull defende uma sociedade de Estados, interligados por um mesmo Direito Internacional, tomado como um arcabouço de regras, e com diversas instituições (BULL, 2002, p. 18).

Contudo, cabe o alerta importante de que a Escola Inglesa, em que pese acreditar na força do Direito Internacional e na questão da justiça, é considerada uma teoria neorrealista remodelada, e não propriamente uma teoria do idealismo (à qual autores como Cançado Trindade e Falk se perfilham), em que pese parte da Escola

⁹ Nas palavras de Hedley Bull, pode-se entender por ordem mundial “padrões ou disposições da atividade humana que sustentam objetivos elementares ou primários da vida social na humanidade considerada em seu conjunto”. (BULL, 2002, p. 26).

¹⁰ O enfoque no artigo se deve ao fato de que Hedley Bull, um dos expoentes da Escola Inglesa, marcaria uma das várias fases da escola, com o questionamento aberto da existência e da formação de sociedade internacional, em uma visão reconhecidamente normativa, mas ainda com traços do realismo. Bull também se justifica aqui pois foi alvo dos estudos e críticas de Richard Falk.

Inglesa privilegiar o papel de temas como o dos Direitos Humanos, em uma visão considerada solidarista, em detrimento de visões pluralistas, que enfatizam a dimensão da soberania (BUZAN, 2014, p. xvii).

Nesse ponto, é preciso lembrar a diferenciação filosófica maior existente entre idealismo e realismo e que perpassa por variadas questões das Relações Internacionais. Em breves linhas, o idealismo clássico, exarado por autores como Thomas More, Abade de Saint Pierre, entre tantos outros, e o idealismo moderno, com autores como Immanuel Kant e Woodrow Wilson, pregam que a natureza humana é essencialmente boa e a paz deve ser a regra geral. O realismo clássico, por sua vez, é ditado por autores como Tucídides e outros, que acreditam que a natureza humana é má por natureza, e, por isso, preza-se no sistema internacional a sobrevivência e a vitória do mais poderoso. Consequentemente, o conflito no estado de natureza internacional e as guerras são reconhecidas como necessárias dentro desse estado de natureza. No realismo moderno, destacam-se autores como Edward Carr e Hans Morgenthau, ao passo que são autores neorealistas nomes como Kenneth Waltz, Christopher Layne e Robert Jervis.

Apesar de a Escola Inglesa admitir a importância de outras instituições internacionais que não apenas o Estado, ainda é considerada um paradigma estadocêntrico, ou seja, que trabalha com a perspectiva maior de que, mesmo que os Estados não sejam os únicos atores sociais, eles seriam os principais atores detentores de poder. Assim, a atuação estatal é destacada tanto no plano interno quanto no plano internacional, na medida em que os Estados são responsáveis por garantias maiores e por fazer regras e valores internacionais prevalecerem. Ora, o Estado, em que pese não ser o único sujeito de Direito Internacional, é o “sujeito originário do Direito das Gentes, desfrutando, então, de uma personalidade jurídica plena, cuja manifestação essencial no Direito Internacional é a capacidade para celebrar tratados” (MAZZUOLI, 2011, p. 88). Assim, revela-se a importância de um paradigma estadocêntrico como a Escola Inglesa para temas novos, como direitos humanos e meio ambiente, pois o Estado também é responsável em caso de eventual descumprimento legal de Tratado. De fato, conforme Mazzuoli (2011, p. 387); “todas as autoridades públicas (todos os órgãos do Estado) são responsáveis pela execução dos tratados no plano interno”.

Ainda assim, é preciso reconhecer a complexidade da arquitetura normativa atual, cujos valores e princípios internacionais nem sempre são explícitos, e no qual o Estado ainda aparece, muitas vezes, como o sujeito principal no palco político. Assim, por exemplo, a jurista Monique Chemillier Gendreau observa que ainda são numerosos os Estados que transgridem princípios jurídicos ratificados por eles próprios em Tratados Internacionais, imperando uma “cultura da impunidade” e fazendo que o Direito seja ainda utilizado para perpetuar a violência e o conflito (CHEMILLIER-GENDREAU, 2013, trad. livre). Da mesma forma, relata Emannuelle Jouannet que a Carta das Nações Unidas, de 1945, possui objetivos muito generalizados e sua abstração jurídica nem sempre corresponde ao direito substancial, bem como há a dificuldade de se chegar a um acordo em um ambiente marcado pela hostilidade e pela disputa (JOUANNET, 2011, p. 08, trad. livre).

É a partir de então que o autor Falk passa a apresentar as soluções dadas a partir da perspectiva teórica de Hedley Bull e de John Vicent, principais nomes da Escola Inglesa (FALK, 1999, p. 62), de tez normativa. Falk, contudo, rechaça as soluções da Escola Inglesa, na medida em que essa ainda defende que não é possível falar em fim da soberania estatal, mas tão somente é possível falar em uma limitação do poder do Estado.

Vale ressaltar que a Escola Inglesa, sobretudo no que tange à noção de sociedade internacional, retoma o pensamento clássico internacionalista de autores como Hugo Grotius, na medida em que entende que os Estados devem obedecer a regras e imperativos de lei e moralidade. Esses seriam, pois, limites impostos aos conflitos, bem como seriam exigências para cooperação e coexistência do sistema internacional. Assim, a Escola Inglesa não ignora a soberania e o poderio dos Estados, mas vê no Direito Internacional e na cultura internacional uma oportunidade de guia ao sistema internacional e uma oportunidade de ordem na política mundial (BULL, 2002, p. 35), o que é contestado por Falk de modo crítico.

Neste entrelace de divergências entre a Escola Inglesa e os estudos de Richard Falk, é preciso verificar quais são seus pontos de debate. Vale verificar suas similitudes e diferenças para encontrar parâmetros de análise para compreensão e digressões acerca dos atuais empecilhos no palco político internacional.

A Escola Inglesa e o pensamento de Richard Falk

Na obra *Globalização Predatória*, após Falk apresentar problemas atuais que o palco político enfrenta, o autor estuda as soluções teóricas fornecidas por Hedley Bull e John Vicent, segundo os quais não seria possível falar em fim da soberania dos Estados, mas seria possível falar em sociedade de Estados, acrescentada de outros sujeitos do Direito Internacional. Nesse sentido, vide a crítica de Falk da perspectiva estadocêntrica e realista da Escola Inglesa:

(...) Trata-se de uma generalização conveniente sugerir que tanto Vincent como Bull eram conceitualmente e, o que é mais significativo, normativamente defensores de uma perspectiva que aceitava “uma sociedade de Estados” como a única base viável de uma conjuntura mundial. Enquanto tal, apresentaram várias reservas e inclusivamente algum desdém em relação à minha atitude cética para com o estadismo, considerando meu posicionamento crítico “utópico” ou “salvacionista” porque, em seu entender, advogava que uma conjuntura socioeconômica e política mundial pós-estatal seria preferível ao mundo actual composto por Estados e – o que era mais gravoso na sua opinião – sugeria um panorama mundial mais adequado, constituído de modo diferente, poderia ser concretizado num futuro próximo em determinadas condições. (FALK, 1999, p. 69).

Falk deixa claro sua posição antirrealista, apesar de reconhecer que o Realismo ainda vigora como regra na seara internacional. Na visão do autor, o Realismo não pode ser visto como substituto ou corolário da geopolítica ou da política em si, mas é preciso, ao contrário, “situar o utopismo fundamentado na era pós moderna” (FALK, 1999, p. 109), ao que Falk deixa claro sua posição idealista sobre o sistema internacional.

Outrossim, acerca da questão dos valores comuns e princípios universais, ideia propugnada pela Escola Inglesa, Falk explica que a questão da cultura e da identidade, ainda que complexa, não pode ser negligenciada. A posição de que “o núcleo normativo interno da experiência humana possui validade universal e está expresso numa ‘cultura dos direitos humanos’ ou no seu conteúdo legal internacional (FALK, 1999, p. 187), tal como defendido pela Escola Inglesa, pode ser perigosa, a exemplo do enaltecimento do valor do consumismo, um “verdadeiro culto” nas palavras do autor (FALK, 1999, p. 187). Ademais, a universalização e generalização do direito pode ser sinonímia de dominação e opressão dos países centrais para com os países periféricos, ao que Falk acredita que a chave para solução dos problemas culturais e de identidade estariam no multilateralismo e no diálogo intercivilizacional (FALK, 1999, p. 189).

Ao debater a questão da globalização no livro *Globalização Predatória*, livro do período do pós guerra-fria, Falk percebe que é preciso muito mais que do os Estados e a cooperação para enfrentar desafios como as empresas transnacionais, o mercado, o meio ambiente e os direitos humanos, assuntos que transpassam as fronteiras geopolíticas.

Com efeito, a questão da soberania parece ser um dos desafios mais pujantes no momento, já que seria a partir de sua remodelagem, ou mesmo rechaço total, que outros desafios poderiam ser solucionados. Não só Richard Falk alerta para os problemas do uso da estrutura vestfaliana na atualidade, mas outros vários autores debatem o assunto, dos quais pode-se citar Ferrajoli, que entende que não há sequer de se cogitar em existir soberania, que guarda problemas teóricos e filosóficos desde sua concepção (FERRAJOLI, 2002).

De toda maneira, cabe fazer um recorte temporal relevante: enquanto a Escola Inglesa teve seu ápice nos anos 1970, período da Guerra Fria e de um mundo bipolar e dividido, nos anos 1990, o momento era outro, e outras diversas teorias de Relações Internacionais começariam a tomar lugar (a título exemplificativo: teorias construtivistas, teorias pós-colonialistas, teorias ambientais – *Green theory*, teorias pós estruturalistas, entre outras). Em 1999, ano em que o autor publica *Globalização Predatória*, Falk nota que o mundo passa a ser multipolar, mais complexo e cada vez mais desigual. Ainda assim, fica o mérito da análise de cenários de Richard Falk, que, desde a Guerra Fria e à época do advento e fama da Escola Inglesa, contestava a estrutura então vigente e defendia a necessidade de mudança do paradigma realista e do uso da força pelo direito. Nesse sentido, Falk dirige críticas a Bull, um dos principais expoentes da Escola Inglesa, de maneira mais clara na sua obra intitulada “*This endangered planet: prospects and proposals for human survivals*”, datada de 1971.

Ainda assim, por conta do autor mencionar diversas vezes as tentativas e fracassos da Escola Inglesa em sua obra que trata sobre a globalização e desafios da conjuntura atual, vale a pena revisitar os conceitos deste grupo teórico inglês para não recair nos mesmos erros. O principal ponto em comum que se pode vislumbrar tanto em Falk quanto na perspectiva da Escola Inglesa é o enaltecimento da importância do Direito Internacional e de seu constante aprimoramento, seja por meio da

jurisprudência, das regras ou da doutrina. Ou seja, a base tanto de Falk quanto da Escola Inglesa reside justamente na relevância das normas, perfazendo, portanto, perspectivas consideradas normativistas. Clarificados os pontos nodais da Escola Inglesa, por meio das críticas feitas por Richard Falk, a próxima seção tece algumas colocações e observações sobre a conjuntura mundial e jurídico-política da atualidade.

Aplicações dos ensinamentos dos desafios da atual conjuntura mundial

Diante do exposto, viu-se que se no período dos anos 1970, a Escola Inglesa trouxe ao âmbito acadêmico e político uma volta do Direito Internacional como um guia para uma sociedade formada precipuamente por Estados. Na seara internacional, um dos importantes conceitos seria o de sociedade internacional, em que os soberanos ou os Estados são a realidade da política internacional, com limites impostos por regras e instituições em comum.

No que concerne à visão estadocêntrica da Escola Inglesa, Richard Falk rebateu, e continua a rebater, a própria questão estatal, ainda vista nos moldes vestfalianos e cujo realismo, em que a força parece prevalecer sobre a paz e o bem dos povos, ainda vigora hoje, mas cujas ideias maiores precisam ser remodeladas urgentemente. Atualmente, vive-se em um momento diferenciado, que impõe formas diversas de análise. Assim, por exemplo, em breves palavras, a doutrinadora Larissa Ramina elenca quatro pontos exemplificativos para demonstrar as mudanças no Direito Internacional, quais sejam: (a) densificação do direito internacional, (b) proliferação das organizações internacionais e seu impacto na teoria das fontes do direito internacional, (c) surgimento de novas formas de regulação internacional e seu impacto na teoria das fontes do direito internacional e, por fim, (d) a superação do estatocentrismo no direito internacional (RAMINA, 2014).

Dentre esses assuntos, nos anos 1970, viu-se que a Escola Inglesa se preocupava “com as formulações teóricas para explicar a dinâmica das ações dos Estados diante do conceito maior de ordem” (CASTRO, 2012, p. 383), entendendo, contudo, que os Estados, apesar de limites impostos por regras e valores universais, existiriam independentemente de ordem. Ainda assim, os entendimentos da Escola Inglesa

parecem relevantes, na medida em que trazem a necessidade do estudo do Direito Internacional dentro de um palco político. Como Falk demonstra em suas obras, o Direito Internacional não é apenas um conjunto de regras, mas é também um instrumento dinâmico de mudanças sociais (GRIFFITHS, 1999, p. 123), sendo um ramo do conhecimento em constante transformação.

Apesar dos entendimentos da Escola Inglesa terem marcado uma época e terem trazido de volta o Direito Internacional aos estudos da Ciência Política e das Relações Internacionais, no que tange ao fator filosófico-ideológico, perfilha-se aqui ao entendimento idealista de Falk, no sentido de que o Direito Internacional não deve ser servil de um sistema “Estadocêntrico”. Ao contrário, deve vigorar, na atualidade, um sistema “humanocêntrico”, conforme chamado por Cançado Trindade (TRINDADE, 2006).

Certamente, aliar a teoria à prática não é tarefa simples e nem imediata. O próprio Richard Falk, desde 1999, já avisava que seria preciso seguir em frente, e que o futuro permanece em aberto, não comportando conclusões estanques (FALK, 1999, p. 300), mas sem deixar de estudar questões como cidadania, democracia, meio ambiente, globalização e o papel das Nações Unidas, entre outros.

Ainda assim, o meio acadêmico é um dos responsáveis por trazer à tona entendimentos e mudanças do porvir, em prol de toda humanidade. Por isso mesmo, o mundo atual já não comporta mais entendimentos de teorias antigas, pois os problemas são outros, e a conjuntura é outra. Entretanto, saber os pressupostos metodológicos e filosóficos dessas é importante para não recair nos mesmos erros.

No livro *Globalização Predatória*, Falk deixa claro que, para desvendar o porvir, é preciso superar questões presentes e estudar fatores filosóficos, históricos, jurídicos e políticos. Apesar de Falk expressamente não acreditar na visão estatal vestfaliana e nos moldes trazidos pela Escola Inglesa, o autor reconhece que é preciso estudar os Estados e seu modo de agir, os quais, entretanto, não são os únicos determinantes para a compreensão dos problemas contemporâneos. Talvez o exemplo mais patente dessa situação seja a dos migrantes e refugiados, que exige uma nova visão mais solidarista e menos pluralista por parte dos Estados e dos demais membros da sociedade internacional.

Nesse contexto, independentemente da teoria escolhida (com base no paradigma da Escola Inglesa ou em novas teorias de Relações Internacionais e do Direito Internacional como a do construtivismo, pós colonialismo, entre outros), os estudos de Falk fornecem parâmetros de análise para temas complexos que circundam o Direito Internacional e as Relações Internacionais. Além disso, o Direito Internacional atual é multifacetado e interdisciplinar, com uma importância que abrange diversas outras áreas do conhecimento.

De fato, não há um único caminho a ser traçado, mas, de qualquer forma, há de se prezar por um Direito Internacional que busque a harmonia, a cooperação, e não o conflito como chave para entender a sociedade internacional (que sofre constantes transformações com o deslinde da história) e suas celeumas.

Considerações Finais

Temas como ordem internacional, sociedade internacional e direito internacional suscitam diversos debates, ainda mais em dias atuais do pós-guerra, em que uma gama de assuntos emergem no palco político mundial e que trazem a necessidade de repensar conceitos clássicos. No plano teórico e prático das Relações Internacionais e do Direito Internacional, destaca-se Richard Falk, professor emérito da Universidade de Princeton que já escreveu diversas obras em que analisa esses debates. O professor defende a necessidade de modificação da estrutura vestefaliana e da noção de soberania, em prol da paz e não do conflito. Entre essas obras, foi analisado seu livro mais atual, *Globalização Predatória*, que esclarece assuntos como a emergência da globalização, dos direitos humanos e das organizações internacionais, e no qual há duras críticas ao paradigma da Escola Inglesa como uma tentativa de dar ordem ao sistema internacional.

Para tanto, viu-se, de maneira muito breve, o que seria a denominada Escola Inglesa das Relações Internacionais, que emergiu nos anos 1970 e que propugnava que haveria uma sociedade internacional cuja ordem dependeria do entrelace entre valores e princípios em comum entre os Estados, cuja soberania ainda existiria, mas estaria limitada aos ditames do Direito Internacional. No outro vértice, Richard Falk coloca o

pensamento idealista que essa visão estadocêntrica da Escola Inglesa acaba por negligenciar. O pensamento idealista traz importantes fatores ao palco político, como a questão da globalização e a questão da cultura e identidade. Entretanto, tanto a Escola Inglesa quanto Falk, apesar das diferenças de critérios temporais, filosóficos e ideológicos, acreditam no poder do Direito Internacional para a promoção de mudanças em âmbito internacional.

Conciliar os ensinamentos de paradigmas tão diferenciados entre si é algo que pode ajudar a compreender o mundo atual, permeado de questões variadas que precisam ser desveladas e aprofundadas. A questão da soberania ainda parece ser um dos desafios centrais na mudança. No mundo atual, que se apresenta complexo, multipolar, multicultural e desigual, pensar em métodos alternativos de análise podem ser a resposta aos problemas. Para tanto, é preciso também não apenas ficar adstrito no âmbito acadêmico, mas também servir-se à sociedade como um todo no cotidiano.

O trabalho procurou, por meio da análise de divergências entre o pensamento de Richard Falk com a Escola Inglesa, revisar os pontos principais colocados por esses e aprofundar a compreensão sobre os ensinamentos de ambos para entender a conjuntura internacional atual.

Verificou-se que, por um lado, a Escola Inglesa marcou o período dos anos 1970; no entanto, ela precisa, atualmente, ser repensada, dadas as circunstâncias diferenciadas dos dias atuais, a exemplo das perspectivas realista e estadocêntrica debatidas por este paradigma. Por outro lado, a Escola Inglesa deixou ensinamentos que podem ser usados até os dias de hoje, como a importância do estudo do Direito Internacional.

Além disso, constatou-se que Richard Falk, apesar de também acreditar na importância do Direito Internacional, serve como contraponto à Escola Inglesa, na medida em que não acredita na continuidade de uma estruturação vestfaliana do mundo, bem como acredita que o idealismo é o guia filosófico para as ações dos variados sujeitos da esfera internacional. Ademais, metodologicamente, Falk fornece informações relevantes sobre a elaboração de análises de conjuntura e de cenários.

As principais dificuldades que se impuseram na realização do trabalho foram, por um lado, a grande quantidade de material que trata de teorias sobre a temática

global atual e estudos da Escola Inglesa e, por outro lado, a escassez de disponibilidade das obras de Richard Falk, traduzidas ou não, no Brasil. A própria tradução do livro “Globalização Predatória” foi feita em Portugal. De toda forma, tendo em vista o tempo e espaço do *artigo*, procurou-se apresentar ao leitor tanto Falk quanto a Escola Inglesa das Relações Internacionais, e espera-se que o presente trabalho renda frutos para outros trabalhos.

Referências

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: UnB, IPRI, 2002.

BUZAN, Barry. *An introduction to the English school of international relations: the societal approach*. Polity Press, Cambridge, UK, 2014.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora FUNAG, 2012. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria das Relacoes Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria%20das%20Relacoes%20Internacionais.pdf). Acesso em: 12 jul 2015.

CHEMILLIER-GENDREAU, Monique; *Obliger les Etats à tenir parole*. Projet Marzouki de Cour constitutionnelle internationale. Jornal Le Monde Diplomatique. Disponível em: https://www.monde-diplomatique.fr/2013/09/CHEMILLIER_GENDREAU/49597. Data de acesso: 19 jun 2015.

FALK, Richard. *Globalização Predatória: uma crítica*. Trad. de Rogério Alves. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. Nascimento e crise do Estado nacional. Trad. Carlos Coccioli, Márcio Lauria Filho e Karina Jannini. São Paulo: Ed. Martins Fonte, 2002.

GRIFFITHS, Martin. *Fifty Key Thinkers in International Relations*. New York: Routledge, 1999. Disponível parcialmente no GoogleBooks.

HERZ, Mônica. *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 jun 2015.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O baile do monstro: o mito da paz de vestfália na história das relações internacionais modernas. *História*, vol.29 nº. 2, Franca, Dec., 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200012>. Acesso em: 04 mai 2017.

JOUANNET, Emmanuelle. De qué sirve El derecho internacional? El derecho internacional providencia Del siglo XXI. *Revista de Derecho Público*, nº 27, Julio-Diciembre de 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direito dos Tratados* – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. *Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/CountriesMandates/PS/Pages/SRPalestine.aspx>. Acesso em: 18 jun 2015.

RAMINA, Larissa. O Direito Internacional no século XXI: complexidades e reflexões na contemporaneidade. In: RAMINA, Larissa e FRIEDRICH, Tatyana. *Direito Internacional Multifacetado*. Vol. I. Curitiba: Juruá, 2014.

SWAINE, Jon. *UN human rights official claims 9/11 was US plot*. Telegraph, 25 jan 2011. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/8281125/UN-human-rights-official-claims-911-was-US-plot.html>. Acesso em: 09 jun 2015.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do direito internacional* – Belo Horizonte: Del Rey, 2006.